



O TRIPPEIRO

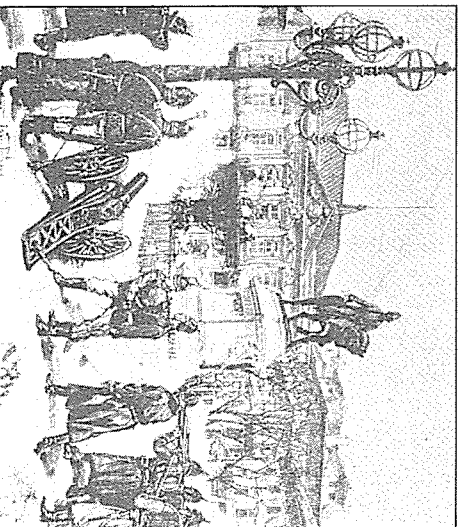
PORTE  
PAGO

Director: Eng.º Francisco de Almeida e Sousa

Propriedade: Associação Comercial do Porto

Administração: Associação Comercial do Porto

Sede: Palácio da Bolsa — Rua Ferreira Borges — Telef. 2002728 — 4000 PORTO • Fotocomposição: Mabreu — Impressão: Tip. Ramos dos Santos — Porto  
 Distribuição: Mário Silva Braga, Lda. — R. Duque de Terceira, 271 — 4000 Porto • Tiragem 5000 exempl. • Revista Mensal • Preço 400\$00 • Assinatura: Anual: 4.000\$00



CAPA: Movimento de 31 de Janeiro

Ataque aos revoltosos, entrincheirados na Casa da Câmara  
 Gravura em madeira. De *A Ilustração*, Lisboa, 1891

7.ª SÉRIE (SÉRIE NOVA)  
 ANO X / N.º 1  
 Dep. Legal n.º 11457/86

<b>SUMÁRIO</b>	
DEZ ANOS DEPOIS	2
31 DE JANEIRO	3
CENTENÁRIO DO 31 DE JANEIRO	4
O PORTO E O 31 DE JANEIRO — por José Augusto Seabra	5
ANTES E DEPOIS DO 31 DE JANEIRO — por Henrique Barriaro Ruas	10
A REACÇÃO DO PORTO AO ULTIMATUM — por Manuela Martins e Elsa Miranda	14
A REVOLTA DO 31 DE JANEIRO VISTA DA CÂMARA DO PORTO — por Francisco Ribeiro da Silva	19
A INSURREIÇÃO DO 31 DE JANEIRO DE 1891 — DETERMINANTES DA SUA OCORRÊNCIA — por João Afonso Machado	26
31 DE JANEIRO DE 1891 — DA REVOLTA AO MANIFESTO DOS EMIGRADOS — por Paulo Samuel	31
MEMÓRIAS DOS ANOS 40 — por Ercílio de Azevedo	39

# A REVOLTA DO 31 DE JANEIRO VISTA DA CÂMARA DO PORTO

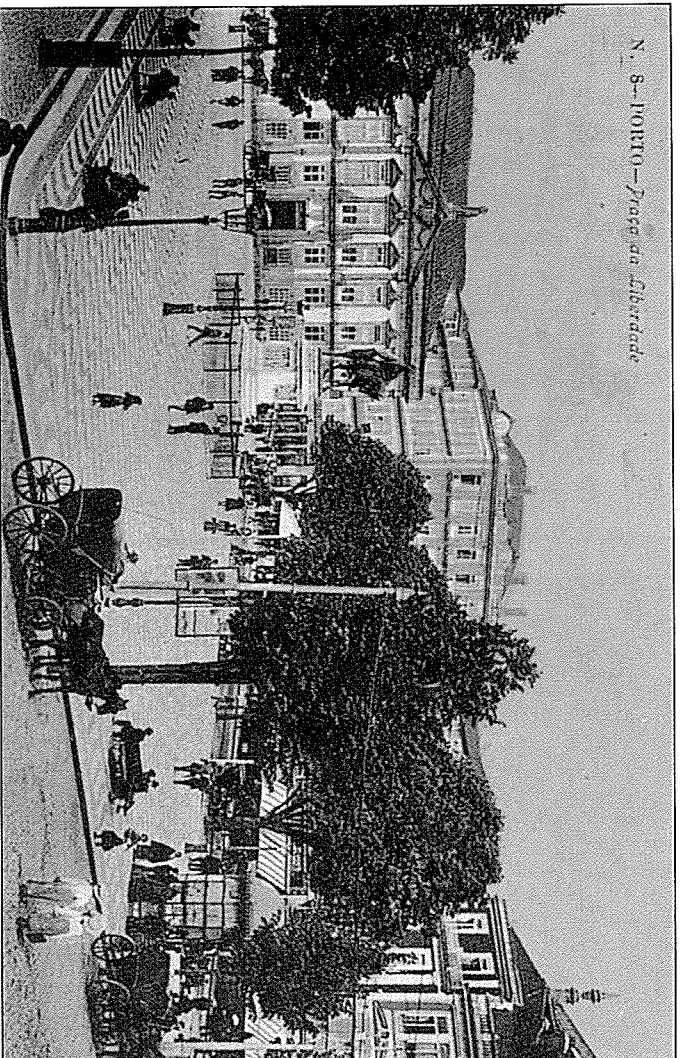
Por FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA

## 1 — OBJECTIVOS E FONTES

O objectivo deste estudo define-se em palavras simples: por um lado, pretendemos transmitir aos leitores a nossa proposta interpretativa da reacção oficial da Câmara Municipal do Porto aos acontecimentos tumultuosos de 31 de Janeiro de 1891. Por outro, exprimimos de um modo prático as nossas felicitações à direcção de

«O TRIPEIRO», pela ideia de comemorar, nas suas páginas, o centenário da última grande rebelião política protagonizada pela cidade do Porto.

As fontes de que me servi são as actas da Câmara portuense alusivas à ocorrência as quais se conservam no Arquivo Municipal. Essas actas são três: uma, muito extensa, do plenário da Edilidade que teve lugar em 12 de Fevereiro e duas, mais lacónicas da Comissão Exe-



Edifício dos Paços do Concelho de cuja varanda o Dr. Alves da Veiga declarou abolida a Monarquia e proclamou a República.

cutiva, datadas respectivamente de 4 e de 5 de Fevereiro. (Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Verreações*, Livro n.º 132, fls. 132-134v. e *Actas da Comissão Executiva*, Livro n.º 2, fls. 80-81).

## 2 — A PRIMEIRA REACÇÃO DA CÂMARA

A primeira reunião municipal que se efectuou após os acontecimentos da madrugada do 31 de Janeiro foi da iniciativa do Presidente da Comissão Executiva, composta pelo mesmo Presidente e mais quatro Vogais, eleitos de entre e pelos Vereadores, e teve lugar a 4 de Fevereiro, isto é, quatro dias depois de a revolta ter eclodido — demora que, tendo em conta a potencial importância da intenciona, nos parece um tanto excessiva e enigmática.

E mesmo assim, a reunião, embora tratasse exclusivamente dessa matéria, absteve-se de analisar as circunstâncias da ocorrência e não emitiu qualquer juízo directo sobre a mesma. Tão somente apreciou um voto de louvor e agradecimento à Guarda Municipal pelo «modo brioso» como se havia comportado por ocasião do levantamento.

O voto era proposto pelo Presidente Oliveira Monteiro (que também o era da Câmara Municipal) e, estendendo-se a todos os oficiais e praças, distinguiu especialmente o Coronel Sarmento e o Major Graça, comandante da Guarda Municipal.

A acta, no seu laconismo, evita condenar expressamente a revolta mas não deixa de conter expressões que subtilmente a reprovam. Todavia reprovam-na apenas no foro estritamente castrense: o movimento é chamado de «sublevação de parte das tropas da guarnição militar do Porto» e de «insubordinação militar». E define a acção da Guarda Municipal como «restabelecimento da ordem e do sossego publico».

Se, por hipótese não verificada, mais nenhum testemunho nos tivesse restado dos acontecimentos, a sua importância ficaria reduzida às estritas dimensões de um tumulto militar. A componente civilista do movimento ficava de todo omissa. Tal versão é apoiada pelos relatos de alguns periódicos. Por exemplo, a revista ilustrada «O Occidente» de 11 de Fevereiro, embora reconhecendo Alves da Veiga como um dos chefes da rebelião, intitula a sua crónica como «a revolta militar da cidade do Porto». Ora nós sabemos pelo testemunho do articulista (Gervásio Lobato) e pelo eco posterior de Basílio Teles que o apoio da multidão e a sua ampla participação

foram decisivamente estimulantes. (Basílio Teles, *Do ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço d'História Política*, Porto, 1905, pp. 406-407)

Há aqui um evidente propósito de desdramatizar e atenuar a gravidade do movimento. Com que intenção?

Pensamos que, antes de mais, a Comissão Executiva pretendia mostrar e fazer constar que a Câmara nada teve a ver com o sucedido. O louvor à Guarda Municipal (que não fora a única força a intervir no desmantelamento dos amotinados), comunicado expressamente ao Governador Civil com o pedido de o transmitir aos visados, reforçaria esse propósito.

Mas possivelmente desejava-se ir mais longe. A Comissão Executiva assume a sua condição de representante e intérprete dos sentimentos da cidade. E à boa maneira dos vereadores seiscentistas, a Câmara tentaria minorar as consequências punitivas gerais que poderiam seguir-se da acção desordeira e, sem emitir juízo formal, compensa discretamente a severidade do julgamento de muitos que, perante o insucesso da rebelião e assustados com os objectivos revolucionários contidos na arenga de Alves da Veiga nos Paços do Concelho, não hesitariam em pintar a ocorrência com as cores mais negras, quem sabe taxando-a de crime de lesa-majestade!

Por isso, o Presidente da Câmara se apressou a enviar a El-Rei um testemunho inequívoco de fidelidade expresso no telegrama de congratulações por a tentativa se haver gorado. (AHMP, *Verreações*, L. 132, fl. 132).

E só no dia seguinte, na sessão ordinária da mesma Comissão Executiva, entre outras resoluções, se decidiu solicitar ao Governador Civil a convocação de uma reunião plenária e extraordinária da Câmara, cuja finalidade pressupunha a mesma vontade desdramatizadora: resolver sobre uma mensagem a enviar a Sua Majestade pelo facto de a «revolta militar» ter sido sufocada. (AHMP, *Actas da Comissão Executiva*, L. 2, fl. 81). Essa reunião teve lugar oito dias depois, isto é, em 12 de Fevereiro.

## 3 - A POSIÇÃO FINAL DA CÂMARA

É na acta desse ajuntamento que se deve procurar a apreciação final e oficial dos acontecimentos por parte da Edilidade portuense.

A primeira constatação é que a sessão foi literalmente plenária visto que não faltou nenhum dos vinte e um elementos que, para além do Secretário, a compu-